



CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES DE PERNAMBUCO

MARIA CLARA DA SILVA FERREIRA
POLIANA MARIA DA SILVA MARINHO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

RECIFE

2022

MARIA CLARA DA SILVA FERREIRA
POLIANA MARIA DA SILVA MARINHO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ms. André Domingos de Assis França

RECIFE

2022

MARIA CLARA DA SILVA FERREIRA
POLIANA MARIA DA SILVA MARINHO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social, Centro Universitário Tiradentes de
Pernambuco – UNIT PE

Recife, junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Ms. André Domingos de Assis França
Docente do curso de Serviço Social UNIT PE

Examinadora

Prof.^a. Ms. Rizete Serafim Costa
Coordenadora do curso de Serviço Social UNIT PE

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus e a meus mentores por todo cuidado e proteção. Por estarem sempre me guiando a direção correta, e mostrando quanto o estudo é importante para conseguir realizar meus sonhos.

À minha mãe Cristiane agradeço por todo apoio e incentivo aos estudos, por ser meu exemplo de fé, determinação, esperança e bondade. Uma pedagoga que me fez enxergar o mundo com outros olhos. À minha avó Joana agradeço por todo carinho, amor, firmeza e instrução, me ensinou a encarar a realidade e não ter medo dela, mas saber enfrentar e vencer. É graças a vocês, Mãe e Vó, que consegui uma formação digna, tive um exemplo de duas guerreiras que me ensinaram os dois lados da vida, para que eu soubesse conduzir a realidade com a bondade.

Agradeço também ao meu pai, Mario, que mesmo por um breve período, todos os momentos que estive com ele me renderam aprendizados. Obrigada por ter deixado minha vida mais leve e ao mesmo tempo ter me confiado grandes responsabilidades.

Ao meu noivo Sérgio Victor, agradeço por toda contribuição, apoio e incentivo. Você acreditou em mim e não me deixa fraquejar nos momentos difíceis. Me acolheu nos momentos que mais precisei, serei para sempre grata. Obrigada por me mostrar o lado bom da vida e por estar comigo em minhas loucuras.

E ao meu querido professor André França, que está nos acompanhando desde o projeto, nos orientou, auxiliou, inspirou e nos incentivou para seguirmos e concluirmos esse TCC. Obrigada por acreditar em mim! Você é um excelente mestre!

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte da minha caminhada até aqui, à coordenação do curso de Serviço Social, aos professores e ao Centro Universitário Tiradentes por toda estrutura nesse período de pandemia, que mesmo de maneira remota nos deixou sempre conectados aos professores.

Maria Clara da Silva Ferreira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela força e vitalidade que tem me dado, à minha filha Giovanna Miller que é meu norte na busca desse objetivo de vida, dar o melhor de mim, e assim garantir um futuro melhor para ela. Essa jornada me fez ver que até os que torciam contra serviram como ponte para esse grandioso momento.

Em especial à minha mãe, Creuza Lúcia, por todo apoio, agradecer ao meu pai (*in memoriam*) que sempre me falava de seu orgulho por eu seguir um caminho de estudos do qual ele não teve oportunidade.

Meus agradecimentos aos colegas de sala que me proporcionaram momentos únicos, me incentivando a ir adiante. Aos professores que sempre fizeram todo o possível para garantir um melhor aprendizado, que nos acolheram com tanto carinho e amor. Ao meu ilustríssimo orientador André Domingos, obrigada pela paciência.

Agradeço pelo Centro Universitário Tiradentes - UNIT ser uma instituição de referência, pela oportunidade que a mim foi dada, a todos os funcionários que também faz parte dessa história, ressalto minha gratidão por fazer parte dessa família UNIT.

Poliana Maria da Silva Marinho

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar o opressor.

Paulo Freire

RESUMO

Considerando o papel da/do profissional de Serviço Social no meio escolar, este trabalho tem por objetivo compreender como o Serviço Social contribui no enfrentamento às expressões da questão social na educação, a partir da especificação das contribuições do Serviço Social na Educação e da identificação das expressões da questão social que mais interferem na vida estudantil. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo com vistas a dialogar com pesquisadores dos campos de Serviço Social e Educação e buscar as intersecções entre ambos os campos teóricos. Concluímos que o papel da/do assistente social é fundamental no enfrentamento das diversas expressões da questão social nos espaços escolares, sobretudo naqueles em que se identificam estudantes em situações de vulnerabilidade social, a exemplo do combate à dependência química; à discriminação de raça, gênero, religião; à fome; às desigualdades e questões diversas que impactam direta e indiretamente o cotidiano escolar.

Palavras-chave: Educação, Expressões da questão social, Serviço Social.

ABSTRACT

Considering the role of the Social Service professional in the scholar ambience, this work aims to understand how Social Service contributes to facing the expressions of the social issue in Education from the specification of the contributions of Social Service in Education and the identification of the expressions of the social issues that most interfere in student life. For this, a qualitative bibliographic review was carried out in order to dialogue with research in the fields of Social Service and Education and seek intersections between both theoretical fields. We conclude that the role of the social worker is fundamental in facing the different expressions of the social issue in school spaces, especially in those where students are identified in situations of social vulnerability, such as the fight against chemical dependence; discrimination based on race, gender, religion; the famine; to inequalities and various issues that impact directly and indirectly the school routine.

Key words: Education, Expressions of the social issue, Social Service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO.....	13
1.1 A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	13
1.2 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NA OBRA DE PAULO FREIRE	18
CAPÍTULO II A EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS	25
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	25
2.2 A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	31
CAPÍTULO III A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	36
3.1 AS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	36
3.2 O ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objeto de estudo o Serviço Social na Educação. Buscamos discutir a contribuição do trabalho profissional do Serviço Social no enfrentamento às expressões da questão social na Educação, retratando as atribuições e competências do assistente social no ambiente educacional.

Nesse sentido é importante compreender que os processos educativos se desenvolvem em diferentes espaços de forma que a educação apresenta um conceito amplo e múltiplo. Entretanto, em termos de nossa pesquisa, procuramos abordar os aspectos da educação formal no âmbito da educação básica, de forma a apresentar algumas das convergências entre o desenvolvimento educacional e o Serviço Social.

Ao longo de séculos a Educação no Brasil passou por diversos processos que desencadearam mudanças significativas que acompanharam as complexas mudanças sociais e políticas do país, ainda que em um primeiro momento seja possível observar que a evolução do campo educacional apresenta diferenças significativas. Isso se dá em grande medida em decorrência das disputas políticas e ideológicas observadas na arena educativa (NEVES; ROSSI; RODRIGUES, 2009)

O desenvolvimento de ações voltadas para a educação perpassa ainda os processos sociais, uma vez que, a educação se faz presente no cotidiano das pessoas e, desde o estabelecimento da garantia do acesso à Educação como direito de todos e dever do Estado pela Constituição Federal de 1988, a preocupação com a permanência dos estudantes no ambiente escolar se fez ainda mais presente nesse debate.

Para tanto, o desenvolvimento de estratégias para a garantia de uma educação de qualidade e de uma formação cidadã se faz necessária, assim como a organização de políticas públicas voltadas para o tema com referências interdisciplinares e com experiências multiprofissionais.

Dessa forma, as políticas educacionais têm a finalidade de promover o engajamento escolar visando garantir, a todo cidadão brasileiro, o direito ao acesso à educação nos estados e municípios brasileiros.

Essa Política é de responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil e o seu processo de decisões provêm da Legislação do país.

A principal fonte de implementação da educação nacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que durante os anos foi reformulada até o modelo atual datado de 1996, podendo sofrer alterações de acordo com as forças políticas que assumam o governo do país.

A política educacional firma, sob as transformações necessárias quanto à reprodução do sistema capitalista, ampliando das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior. E para isso a inserção de assistentes sociais na Política de Educação é essencial, ampliando a mediação de programas governamentais (MOREIRA, 2009).

A própria compreensão dos processos de ensino e aprendizagem influencia as atuações profissionais no ambiente escolar e, portanto, se faz necessário compreender que referenciais de educação estão presentes nos espaços escolares.

É assim que buscamos na pedagogia de Paulo Freire e sua defesa de uma educação libertadora as referências para compreender o desenvolvimento dos processos educativos.

A educação pode e deve ser compreendida enquanto meio para o processo de conscientização cidadã, além de mediadora da relação dos sujeitos com a sociedade e ambiente, buscando assim elaborar uma leitura crítica do que é apresentado pela realidade na qual os sujeitos estão inseridos.

É nesse sentido que o estudo da relação entre os processos educacionais e o modo de produção numa dada sociedade é fundamental. No caso específico da sociedade brasileira, busca-se compreender de que forma a concepção capitalista de indivíduo social interfere no contexto escolar, além dos impactos que esta visão de mundo tem nas relações sociais.

A relação capital x trabalho produz a desigualdade na sociedade, principal traço do modo de produção capitalista. Desigualdade que é materializada por meio da

questão social, resultante da forma desigual como a riqueza socialmente produzida é apropriada pelos proprietários dos meios de produção, afetando a existência do proletariado. A questão social, por sua vez, se manifesta por meio de variadas expressões, tais como a pobreza; a violência; a misoginia; a lgbtfobia; o etarismo; a gordofobia; o capacitismo; a fome; o analfabetismo; a discriminação de raça, gênero e etnia; a falta de moradia; a dificuldade de acesso à educação e saúde etc.

A questão social envolve as lutas políticas e culturais, suas expressões dão corpo às múltiplas desigualdades e a inviabilização do acesso aos bens da civilização. As expressões da questão social ecoam de diversas formas na vida dos indivíduos, independentemente de sua faixa etária. As crianças e os adolescentes são atingidos diretamente pela vulnerabilidade social, por exemplo.

O enfrentamento da problemática social no contexto educacional, por meio de ações conjuntas e eficazes requer, especialmente dos profissionais do Serviço Social, a busca de estratégias que assegurem o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola, que favoreçam a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo, oportunizando a ampliação da visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais, que proporcionem a articulação entre educação e as demais políticas sociais, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso dos estudantes aos seus direitos (MARTINS, 1999).

Assim, o conhecimento específico do assistente social sobre a questão social, somado e integrado à especificidade dos demais profissionais, tem somente a contribuir de forma relevante para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a aproximação à realidade social do aluno, o entendimento sobre a dinâmica familiar e a contextualização ao corpo docente são estratégias fundamentais para o enfrentamento das expressões da questão social que dificultam o processo de aprendizagem.

O trabalho do assistente social na Educação consiste na articulação com a rede social. O conhecimento acerca dos recursos existentes e da realidade da região em que se situa a escola, se constitui numa ação fundamental do trabalho profissional nesse espaço, buscando alternativas para atendimento às necessidades sociais de

alunos e suas famílias, por meio das políticas públicas e sociais da região. Desse modo, o assistente social acaba, também, por favorecer a aproximação da escola com a comunidade, tornando-a mais presente e participativa (MOREIRA, 2009).

A fim de permitir uma compreensão ampla do nosso objeto de estudo, desenvolvemos e fundamentamos nossa pesquisa numa revisão bibliográfica e documental sobre Educação e Serviço Social no que se refere à atuação da/do profissional de Serviço Social no Ensino Básico.

Elegemos este recorte pela compreensão de que é no ensino básico que a educação formal se faz presente de maneira mais efetiva junto à comunidade que sofre diretamente os rebatimentos das expressões da questão social, a exemplo da dependência química, violências diversas e situações de vulnerabilidade social.

Assim, o trabalho está organizado em três eixos principais, a saber: as diferentes concepções de Educação; a Educação Básica no Brasil e seus desafios; e a contribuição do Serviço Social para a efetivação da Educação. No primeiro capítulo serão abordadas as concepções de educação nas sociedades capitalistas baseadas na formação para o mercado de trabalho e a educação Freiriana como um contraponto, observando a formação educacional para a cidadania e superação das diferenças sociais. No segundo capítulo abordaremos os processos de mudança na escolarização no Brasil ao longo dos séculos, bem como as principais políticas educacionais responsáveis pelo avanço do acesso à Educação no Brasil. Já no terceiro capítulo discutiremos a atuação efetiva das/dos assistentes sociais no ambiente escolar e seu papel no enfrentamento às expressões das questões sociais.

CAPÍTULO I DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

1.1 A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A Educação em sua manifestação na escolarização tal como a compreendemos hoje é fruto dos processos capitalistas à medida em que este sistema econômico se tornou também um modo de vida e de estruturação social. Assim, o processo de formação de indivíduos dentro do sistema tem por base o atendimento aos anseios e demandas visando a manutenção do capitalismo enquanto sistema hegemônico.

A prática da educação se configura em uma relação direta com o modo de produção capitalista, entre sociedade e educação, ou seja, como os homens se organizam para produzir e distribuir os bens de que necessitam para viver.

A educação é compreendida como uma *práxis* social, um direito, mais especificamente como direito ao desenvolvimento integral de todos, então logo pensamos que o papel da educação é a formação de indivíduos com consciência crítica e analíticos, capazes de desenvolver sua autonomia para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Isso tende a uma reflexão da sociedade que a produz de acordo com as relações sociais. Acreditamos que este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão do tema, bem como para a identificação das lacunas e desafios a serem enfrentados nesse campo.

Marx (1818-1883) apesar de não ter escrito nenhuma obra específica sobre educação, deixou sua contribuição a respeito da relação entre sociedade e educação. Em vários de seus escritos faz críticas ao papel da educação na sociedade capitalista e apresenta propostas de uma nova concepção educacional que contribua para a superação das diferenças sociais potencializadas pelo capitalismo.

No “Manifesto do Partido Comunista”, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, por exemplo, a questão do ensino público, gratuito e unido ao trabalho e à formação do homem unilateral já aparece como proposta de superação da educação burguesa que se sustenta na divisão do trabalho, na propriedade privada e na formação deste sujeito.

A história da luta de classes, nos impulsiona a pensar o que mudou ao decorrer dos séculos, uma vez que, a classe trabalhadora continua sendo explorada. Observa-se que se modifica apenas as formas de exploração e, nesse sentido, em cada época, em cada sociedade desenvolvem-se formas educacionais correspondentes ao modo como elas se organizam, ou seja, correspondentes às suas crenças religiosas, seus valores culturais e econômicos.

Na sociedade capitalista a educação pode ser entendida como uma socialização, e deste modo pode se distinguir em educação formal e informal. A educação formal está intrinsecamente ligada às instituições educacionais, programas baseados nos cumprimentos pedagógicos de leis e normas e cumprimento de um currículo pré-estabelecido.

Esse modelo de educação está focado na qualificação da mão de obra, que satisfaz os interesses do modo de produção capitalista por trabalhadores cada vez mais aptos a ter sua força de trabalho explorada e a formação de seres pensantes dotados de consciência crítica.

Já a educação informal tende a um ensino na perspectiva do dia a dia, nas relações familiares, na cultura, na religião bem como entre grupos de interesse comum.

Desta forma os indivíduos, desenvolvem hábitos, atitudes e tradições, e assim, nascem as relações sociais, de acordo com a dinâmica peculiar de cada lugar. É válido lembrar que a educação informal nos dá bases e estímulos para viver em sociedade, enquanto a educação formal nos habilita a ingressar na produção capitalista.

O capitalismo é um sistema econômico pautado na geração de riquezas e na divisão social entre as classes fundamentais, (burguesia e trabalhadores) sendo que, a classe operária é peça fundamental nesse processo, pois esta é responsável por oferecer a mão de obra necessária ao giro econômico e à produção de riquezas.

Uma característica do capitalismo é a concentração de riquezas nas mãos da classe dominante e em contrapartida a classe trabalhadora sobrevive da venda de sua força de trabalho.

O capitalismo constitui as relações sociais e os sentidos da educação. É assim que ela representa um forte instrumento para garantir a empregabilidade e o avanço da economia.

Ao longo do tempo a Educação evoluiu assumindo formas e conteúdos diversos, os quais foram organizados conforme as condições materiais de produção e reprodução da vida e da sociedade como um todo (MIRANDA, 2012).

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida pelo economicismo a mero fator de produção e reprodução do “capital humano”.

Abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica para preparar os indivíduos para o processo de produção. E a educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

O trabalho educacional que não seja fortemente relacionado com profunda compreensão dessa realidade está em perigo de perder sua alma. As vidas de nossas crianças exigem mais que isso. O que se preconiza atualmente é o princípio da igualdade, na perspectiva da equidade, considerado no contexto da diversidade. Desse modo, na sociedade devem ser priorizadas também políticas que atendam às necessidades de cada indivíduo e da população, que a influência do capital não incorpore a mercantilização na educação.

A mercantilização na política de educação pode ser compreendida como um processo de descaracterização da educação enquanto bem público, ou seja, o tratamento direcionado à Educação tem sido cada vez mais característico de uma mercadoria.

É importante destacar brevemente alguns pontos para que se entenda os precedentes, que se trata da adesão ao ideário neoliberal. As políticas de ajuste neoliberal emergem com a crise do capital iniciada a partir do final da década de 1970 do século XX. Esta crise traz consequências que representam desequilíbrios

macroeconômicos, financeiros e produtivos, atingindo todos os países, cujas medidas adotadas na tentativa de resolução têm produzido transformações estruturais, que determinam a precarização das políticas sociais.

Tais medidas são orientadas e recomendadas por meio de organismos internacionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI (SOARES, 2000).

Importante salientar que estas medidas de ajuste neoliberal foram adotadas globalmente e, embora de formas distintas em cada país, elas trouxeram impactos negativos para a economia, especialmente para o campo social, o que representou a retração do Estado no seu papel de condutor e executor de políticas sociais.

Embora a crise seja global, o ajuste neoliberal não se deu de forma homogênea pelos diferentes países. Naqueles onde não havia um Estado de Bem-Estar Social, as políticas de ajuste atingiram mais intensamente a dimensão econômica, justificadas pelo fato de que as políticas sociais ou não existiam ou eram muito incipientes nesses locais.

Já nos países onde se faziam presentes as políticas sociais universais, como por exemplo, Saúde e Educação, a crise se refletiu no desmonte destas políticas, situação que agravou espantosamente as condições sociais, especialmente, na periferia capitalista.

As políticas de ajuste neoliberal alcançaram o Brasil no processo de tentativa tardia de constituição de um Estado de Bem-Estar Social e, por este motivo, este modelo de Estado não chegou a ser implantado no país (SOARES, 2000).

O impacto perverso do neoliberalismo foi vivenciado de formas mais ou menos intensas. No caso do Brasil, que não havia constituído um Estado de Bem-Estar social e, portanto, não contava com as mínimas condições de responder às necessidades sociais, este impacto representou enormes custos ao campo social.

Os adeptos e defensores do neoliberalismo acusam os compromissos assumidos pelo Estado de Bem-Estar Social como a principal causa da crise econômica mundial, afirmando que esta crise decorre do aumento dos investimentos em políticas públicas para garantia dos direitos sociais, caracterizando-os como gastos.

Neste sentido, a superação da crise, na perspectiva defendida pelos neoliberais, necessitaria de algumas medidas econômicas e sociais, como a desregulamentação dos mercados, a flexibilização do mercado de trabalho e a desestruturação do Estado.

Entre estas medidas, são defendidas a abertura comercial, a liberalização dos mercados financeiros, as privatizações, a redução do papel do Estado e o corte nos investimentos públicos na área social (VERÍSSIMO et. al, 2011).

No Brasil, os impactos dos ajustes neoliberais tornaram-se mais nítidos em seus impactos econômicos e sociais a partir de meados da década de 1990, quando o receituário neoliberal de que a consolidação de um Estado mínimo, que cumprisse apenas com algumas funções como saúde pública, educação básica e manutenção da infraestrutura essencial para o desenvolvimento econômico, ganhou legitimidade.

Este recorte reforça a perspectiva de que a privatização e redução do tamanho do Estado reduziria o gasto público, eliminaria o déficit público, sendo visto como ajuste necessário para o enfrentamento da crise econômica.

A adoção deste receituário pelo Estado brasileiro trouxe implicações destrutivas para as políticas sociais, por uma razão lógica: se até o momento da adesão às políticas de ajuste neoliberal o Brasil não havia fortalecido o campo das políticas sociais, não se configurando como direito do cidadão e dever do Estado, a partir do momento em que o país adere ao ajuste, com a recomendação da redução do Estado, é que a política social na perspectiva do direito e da universalização torna-se quase que uma utopia (SOARES, 2000).

Aqui entendemos que para uma melhor compreensão da educação e as leis que as regem, se faz necessário ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º, legitima que a educação formal é um direito social, como um “direito de todos e dever do Estado e da família”.

No tocante à pauta das Políticas Educacionais Brasileiras, que reforçam a garantia de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE- e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – são instrumentos de ação que garantem a execução das diretrizes no âmbito da educação.

Todavia, apesar desse avanço, pode-se perceber que esses documentos, de certa forma, também estão comprometidos com a conservação das relações sociais excludentes, tendo em vista que, a preparação básica para o trabalho visa mais adaptar os indivíduos às novas exigências do mercado produtivo, do que propor uma reflexão crítica a respeito dos fatores condicionantes da inserção dos indivíduos no modo de produção capitalista.

1.2 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NA OBRA DE PAULO FREIRE

Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 1921 – São Paulo, 1997) foi um pensador e educador brasileiro que viveu entre o Brasil e outros países. Graduado em Direito pela Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde ingressou em 1943, Paulo Freire teve sua trajetória profissional marcada desde os primeiros passos pela docência, haja vista que nunca exerceu a profissão de advogado e passou a lecionar Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz logo que concluiu a graduação. Além da docência secundária, passou também a lecionar Filosofia e História da Educação na Escola de Belas Artes da UFPE, Universidade esta considerada sua *alma mater* e local de formação de sua visão crítica da educação.

É importante ressaltar que poucos foram aqueles que marcaram as ideias e os ideais educacionais como Freire, dedicando sua vida e seu trabalho à formação de jovens, adultos e idosos por meio da educação, trajetória esta que lhe rendeu o título de “patrono da educação brasileira” atribuído a ele em 2012. Além deste título, Freire coleciona muitos mais, sendo considerado o brasileiro mais vezes laureado com títulos de *Doutor Honoris Causa*, outorgado por instituições nacionais e internacionais, incluindo a Universidade de Genebra e a Universidade de Bologna.

Freire foi um educador que se manteve, durante boa parte de sua vida, no limiar entre a Educação Básica e Superior, aliando suas vivências nas salas de aula de colégios no Recife com o conhecimento acadêmico produzido nas Universidades nas quais atuou.

Em 1955 Freire foi responsável, junto a outros educadores, pela fundação do Instituto Capibaribe, uma escola cuja perspectiva pedagógica foi considerada inovadora para a época e segue em funcionamento até hoje.

O diálogo com a academia foi se estreitando e em 1959 defendeu sua tese de doutorado em Filosofia e História da Educação, área que passou a atuar tão logo concluiu a graduação e seguiu como área de estudos em toda a sua trajetória intelectual.

Com o tema “Educação e Atualidade Brasileira”, sua tese expôs ideias pedagógicas sobre escola democrática, definida como aquela que centra o processo de ensino-aprendizagem no educando e utiliza uma abordagem política no ato de alfabetizar.

Sua ascensão popular e o vínculo com o trabalho educacional começou a ser evidenciado no fim dos anos 1950 e início da década de 1960, momento em que Freire idealizou a educação popular e realizou as primeiras iniciativas de conscientização política para a população, em nome da emancipação social, cultural e política das classes sociais excluídas e oprimidas.

O movimento com os círculos de cultura promovido por Freire teve início em 1963, a partir de uma experiência piloto, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, através de um método de alfabetização de 40 horas direcionado a 380 trabalhadores rurais.

Essa prática de alfabetização alcançou, à época, resultados expressivos, ganhando destaque no meio acadêmico nacional e internacional. Freire defendia que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1977, p. 79), ou seja, seu método de ensino se baseava na compreensão do sujeito em sua coletividade e em sua relação com o contexto no qual estava inserido.

A dita proposta pedagógica de alfabetização consistia em um método que se realizava no interior do debate sobre questões centrais do cotidiano do alfabetizando como: trabalho, cidadania, alimentação, saúde, organização das pessoas, liberdade, felicidade, valores éticos, política, opressão, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros.

Diante do êxito com a experiência em Angicos, Paulo Freire se tornou uma referência em alfabetização, sendo responsável no ano seguinte pela implementação das bases do Programa Nacional de Alfabetização do governo João Goulart a convite do Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos.

Assim, Freire criou as bases para a implantação de 20 mil “Círculos de Cultura”, termo usado pelo educador para definir o grupo de educandos, em substituição ao tradicional termo “sala de aula”, uma ideia fundante do processo de alfabetização defendido por ele.

Os resultados obtidos impressionaram a opinião pública, e o governo federal estendeu o programa para todo o país, desenvolvendo-se cursos de capacitação de coordenadores em quase todos os estados brasileiros, já em 1963.

Porém, o golpe de Estado de 31 de março de 1964 que implantou uma ditadura civil-militar no Brasil atingiu o movimento de educação popular solidário à ascensão democrática das massas temendo a conscientização, que abre caminho para a expressão das insatisfações sociais, visto que estas são componentes reais de uma situação de opressão.

A metodologia dialógica empregada por Freire foi considerada subversiva a ponto de incomodar o regime militar, visto que, seu método de ensino se constituía exatamente a partir das opressões vivenciadas pelas classes populares.

Mesmo diante do contexto de perseguição, o educador não deixou de lado sua produção, tendo publicado no período algumas de suas principais obras, como “Educação como prática de Liberdade” (1967) e “Pedagogia do Oprimido” (1968). O primeiro foi muito bem recebido em outros países, fazendo parte do currículo de formação de professores no Chile, Argentina, México e Estados Unidos. Já o segundo abriu as portas de Universidades estrangeiras para o professor Paulo Freire, que passou então a atuar como professor convidado na Universidade de Harvard.

Pela crítica à realidade socioeconômica e política brasileira, “Pedagogia do Oprimido” foi alvo da censura do regime militar, fazendo com que fosse inicialmente publicado em inglês e espanhol e só ganhasse sua primeira edição brasileira em 1974, com a chegada ao poder do General Geisel e o início da abertura política do país.

Este foi um período marcante de sua vida e, anos depois, Freire afirmou “não estou assumindo uma posição saudosista. Na verdade, o meu reencontro com a Pedagogia do Oprimido não tem o tom de quem fala do que já foi, mais do que está sendo” (FREIRE, 1992, p. 23).

A obra em questão reconhece a presença do oprimido e do opressor e oferece caminhos para a libertação, primeiramente do opressor que é presente em cada

sujeito para então direcionar a marcha popular libertar todos os homens. Nesse sentido Freire defende que

a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um fazer educativo em si mesmo. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE 1991, p. 126).

Isto posto, na concepção da educação libertadora, como ele mesmo a batizou, há um desenvolvimento de um trabalho pedagógico com um profundo e largo sentido humano, um ofício de ensinar e aprender destinado a desenvolver em cada educando o processo constante de criação do conhecimento.

Para tal, se faz necessário, segundo esta pedagogia, ter uma mente com ação e reflexão, um senso crítico e ético, uma criativa vontade de presença e participação do educando na transformação de seu mundo.

A ampla gama de atuação dos ensinamentos e métodos de Freire se tornaram um divisor de águas na pedagogia mundial levando-o ao reconhecimento por seu notório senso crítico e humanístico em todo mundo, considerando o entendimento de que a educação se dá no contexto da sociedade, na condição e existência do homem, ou seja, e que “não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados” (FREIRE, 1977, p. 61).

Para Freire, o ensino ocorre a partir do diálogo entre professor e aluno, desenvolvendo assim a capacidade crítica dos estudantes, preparando-os para sua emancipação social.

O método de Freire é oposto da compreensão "bancária" de educação, aquele no qual o professor "deposita" o conhecimento nas mentes dos alunos. Para Freire, a educação é construída em conjunto. É notório nos escritos freireanos que não existe apenas uma educação, mas educações, isto é, “[...] formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser” (ROMÃO, 2008, p. 150).

Além de trazer aprendizados essenciais para a educação e para a vida, ele desnudou a educação conservadora, tecnicista e pragmática, onde o único propósito é alienar indivíduos e torná-los incapazes de pensar ou agir para sua própria autonomia.

Esta formação tradicional visa preparar sujeitos que atendam aos interesses da classe dominante o que desperta, por parte da burguesia, o repúdio a movimentos

que busquem a conscientização para a classe trabalhadora, por isso a desvalorização das obras de Paulo Freire.

Isso ocorre porque a metodologia freiriana busca a formação de sujeitos pensantes, inspirados pelo conhecimento transformador, que, de algum modo, reverbera na luta contra as injustiças sociais a partir da quebra das raízes conservadoras e opressoras da sociedade.

Paulo Freire expressa, que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente em evolução, porque a escola é o espaço privilegiado para o ato de pensar.

Ele acreditava na capacidade criadora dos homens e mulheres, e pensando dessa forma é que apresentava a escola como instância da sociedade, considerando que “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade” (FREIRE, 1975, p. 30).

Reconhecemos o papel que tem a escola para homens e mulheres sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação.

É nesse sentido que Paulo Freire é enfático ao afirmar que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (FREIRE, 1991, p. 84).

Tal afirmativa conduz a realização de uma prática pedagógica não apenas ao nível da escola, mas também, da comunidade na inserção dos sujeitos potencializando a valorização da experiência cotidiana, considerando que o ser humano tende à educação.

Educar-se é um imperativo ontológico, ou seja, pertence à sua própria natureza e concretiza a potencialidade e a possibilidade, que lhe é peculiar, do “vir-a-ser” humano, uma vez que nasce inacabado, não pronto. O educar, e seus processos, são condições para a hominização, pois ao nascer, não passa de um projeto.

Identificam-se, de maneira geral, a “Educação Bancária” e a “Educação Libertadora” como as duas grandes formas predominantes, cada qual com suas particularidades. Freire caracteriza a educação dita bancária como aquela que tem

como base a ideia de que o processo educativo consiste em depósito, transmissão e transferência de conhecimentos e valores. Este formato de educação se organiza de uma forma direcional construindo uma hierarquia na qual os papéis de educadores e educandos estão muito bem definidos de forma que a concentração de poder em suas múltiplas faces está concentrada nas mãos dos primeiros.

Esta concepção é discutida por Paulo Freire no trabalho *Educação 'bancária' e educação libertadora* no qual, como o título sugere, o educador contrapõe o sentido de educação libertadora à concepção bancária de educação. A base para a diferenciação é a crítica feita por Freire à anulação da criatividade no processo de ensino-aprendizagem a partir da qual ele defende a concepção libertadora de educação. Para o educador, a educação tem o poder libertador a partir do qual os educandos passam a ser parte de todo o processo, buscando assim estabelecer o diálogo entre educadores e educandos (FREIRE, 1997).

A educação, para Freire, é um ato de amor, de coragem que se fundamenta e se nutre no diálogo, na discussão. A teoria educacional desenvolvida por ele foi baseada numa metodologia crítica, fundamentada na crença de que a função da pedagogia é formar sujeitos que possam forjar seu próprio conceito de mundo por meio da educação.

Educar, então, é uma relação interativa entre pessoas, isto é, sujeito e sujeito na perspectiva de “ler” e transformar realidades, ou seja, relação sujeito-mundo. A riqueza da concepção freiriana de educação está contida na afirmação de que os humanos se educam em comunhão.

Pensando na necessária participação do povo na escola, Paulo Freire em sua vivência pedagógica como gestor público, propôs uma trajetória conferindo um olhar dedicado, possível porque esperançoso, alicerçando os rumos para a educação popular democrática, impondo a razão primeira de pensar a escola na perspectiva de participação coletiva através dos conselhos escolares, porém já advertindo que

não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (FREIRE, 1991, p. 16).

Essa é uma problematização fundamental a ser resgatada para a análise crítica dos conteúdos educativos e pedagógicos presentes na educação brasileira. O

conteúdo da educação precisa transcender elementos técnicos e limitados, ampliando os debates para uma humanização crítica dos sujeitos.

CAPÍTULO II A EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação é um conceito presente em diversas sociedades e que ganha características diferentes a partir das concepções observadas a partir de tempos e espaços distintos. Ela está em todo lugar, seja no interior dos muros das escolas ou nas ruas, nas praças, nos comércios, nas famílias. Não há um único sentido de educação visto que ela se manifesta de diferentes formas e, assim, podemos falar, a título geral de “educações”. (BRANDÃO, 1981)

Assim, se observarmos a História do Brasil é possível identificar que a educação e sua compreensão por parte da sociedade passaram por inúmeras transformações a partir de ações políticas e sociais que refletem a concepção de povo, ainda antes da formação de um Estado soberano independente.

Os primeiros registros de educação no Brasil são identificados ainda nos séculos iniciais de colonização, nas missões jesuíticas estabelecidas no território com o objetivo de conversão e educação de indígenas aos moldes das concepções europeias. Este processo revela a influência direta da Igreja Católica na formação de um aparato educativo no Novo Mundo, utilizando-a como aparato institucional de colonização e aculturação.

Assim, esta educação jesuítica estava pautada, sobretudo, no ensino da língua e dos valores cristãos católicos, a partir do entendimento da educação enquanto meio para a catequização. Entretanto, a ação dos jesuítas não se restringiu ao contexto de educação catequética para indígenas, passando a ser responsável, também, pela

educação dos filhos da incipiente elite, visando fornecer subsídios para que aprendessem a administrar seus latifúndios e/ou negócios da família, nesse caso, os filhos homens, pois, como reflexo de uma sociedade patriarcal, as mulheres estavam fora da escola (ALMEIDA, 2014, p. 120).

Ou seja, a educação das elites locais era de caráter religioso e voltado para esta única concepção de sociedade e restrita, em certo sentido, às primeiras formações, visto que a elite intelectual da América Portuguesa foi formada pelas universidades portuguesas diante da ausência de instituições como estas no além-mar. Dessa forma, é possível perceber que a educação no período colonial não era

institucionalizada, nem de fácil acesso à população, mesmo à população branca livre local.

Havia, assim, dois modelos educacionais empreendidos pelos jesuítas no Brasil: um voltado para a catequese indígena baseada no ensino da língua portuguesa e dos valores católicos, e outro direcionado para a formação de descendentes dos portugueses colonizadores, modelos estes responsáveis, em certa medida, pela distinção entre a formação intelectual e manual das pessoas na colônia (FAVÉRO, 2000).

Este contexto sofreu profundas mudanças em 1759, quando em meio às profundas mudanças institucionais que viriam a ficar conhecidas como “Reformas Pombalinas”, levando o nome de seu idealizador, o Marquês de Pombal, houve o rompimento do monopólio jesuítico na gestão da educação no Império português, culminando na expulsão da Ordem Jesuíta das terras americanas.

Este movimento teve inúmeras motivações, dentre elas políticas e sociais, sobretudo compreendendo-se que a educação também reflete questões sociais e econômicas, sendo muitas vezes utilizada enquanto meio para a formação de uma sociedade que atenda aos anseios das elites. Leonor Fávero (2000, p. 93) destaca que quando da sua expulsão da América Portuguesa, a Ordem Jesuíta possuía inúmeras propriedades, dentre as quais “trinta e seis residências, trinta e seis missões, dezessete colégios além de seminários e escolas de ler e escrever”.

Entretanto é necessário destacar que outras ordens religiosas, a exemplo de franciscanos, carmelitas e beneditinos, possuíam também escolas e espaços de formação, mas não chegava próximo, então, aos números observados entre os jesuítas.

Após estas mudanças empreendidas pelo Marquês de Pombal, o governo tratou de suprir as lacunas deixadas pelo ensino jesuíta e o governo ultramarino passou a contar com o cargo de “Diretor Geral de Ensinos”, que passou a ser responsável pela gestão educacional na América Portuguesa com ingerência nos ensinos públicos e privados.

Podemos inferir então, a partir do exposto anteriormente, que as reformas pombalinas foram um marco para a institucionalização do ensino no Brasil, proporcionando um distanciamento, ainda que inicialmente tímido, do monopólio

religioso da educação. Dessa forma, há a substituição de uma educação que servia aos propósitos da fé por uma educação que passou a servir aos interesses do Estado.

É importante ressaltar que até então, a educação se dava nas primeiras letras e nas formações iniciais, visto que ao contrário do que José Murilo de Carvalho observou para a América Espanhola, a elite local do território que se tornaria Brasil foi formada intelectualmente pelas universidades portuguesas. Isto se justifica pela ausência de instituições de ensino superior na América Portuguesa, sendo as primeiras fundadas apenas após a Independência (FAVÉRO, 2000).

As duas primeiras décadas do século XIX foram marcadas por inúmeras mudanças na política e sociedade brasileira mediante a vinda da corte portuguesa e o processo de independência. No campo da educação, as principais mudanças do século foram observadas em meados do oitocentos, visto as modificações da ordem pública geradas pelas constituições e atos adicionais aprovados no período conforme observado a seguir.

Segundo os movimentos de institucionalização da educação iniciada no período pombalino, na primeira constituição do Império brasileiro promulgada em 1824 à revelia após o fechamento da Assembleia Constituinte, consta apenas no inciso 32 do artigo 179 do título VIII da referida constituição eu “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.

Contudo é importante salientar que a mesma constituição compreende enquanto cidadão apenas brasileiros brancos, excluindo dessa forma indígenas e negros, fossem eles livres ou libertos. No que se refere aos direitos políticos, essa noção de acesso à cidadania era ainda mais restrita uma vez que o direito ao voto estava condicionado à condição financeira dos sujeitos.

Segundo Demerval Saviani (2001), este contexto propiciou uma série de projetos de lei que versavam sobre a educação na nova nação, entretanto, muitos deles não foram aprovados ou mesmo colocados em prática. O autor destaca a lei de 15 de outubro de 1827 que determinava que fossem construídas escolas de primeiras letras em cada vila e cidade do Brasil às quais cabia o ensino da leitura, escrita, das quatro operações aritméticas, dentre outras temáticas do campo da língua portuguesa e da matemática. Saviani ressalta ainda que, caso tivesse sido posta em prática, esta

lei teria sido responsável pela organização de um sistema nacional de ensino, o que só ocorreu a partir do Regulamento de 1834.

É no contexto dessas mudanças que os primeiros cursos de ensino superior são criados, a exemplo das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, ambas fundadas em 1827, e da Faculdade de Medicina da Bahia, fruto da primeira escola de medicina do país instalada em 1808.

O Ato Adicional à Constituição de 1834 implicou na descentralização de algumas questões políticas, inclusive da educação secundária, causando diferentes mudanças na organização da educação no país. Segundo Vinicius de Bragança Müller e Oliveira, com as mudanças administrativas promovidas por este Ato Adicional,

a responsabilidade sobre a oferta de ensino básico recaía sobre as províncias, que, com orçamentos reduzidíssimos, não teriam condições nem de efetivar os investimentos em educação, muito menos de verificar sua efetividade. Isso só mostrava o pouco caso que se fazia da educação básica, voltada aos grupos menos favorecidos e incompatível com a escravidão, reflexo de uma sociedade desigual, elitista e que, de modo algum – sob a leitura institucional – promovia instituições inclusivas (OLIVEIRA, 2011, p. 7)

Às questões relativas ao Ensino Básico o autor contrapõe a oferta de recurso e as responsabilidades atribuídas quanto ao Ensino Superior que, segundo ele, teria sido beneficiado por ficar sob a tutela direta do governo imperial. Estas questões vão perdurar até o fim do oitocentos que verá a ordem política e social amplamente modificada a partir dos impactos do fim da escravidão.

O século XX foi marcado com profundas mudanças sociais que se refletiram no campo educacional, buscando adaptar a estrutura da educação à nova sociedade em desenvolvimento e às demandas por mão de obra com maior qualificação para inserção em uma indústria primária em desenvolvimento.

Segundo Cambi (1999, p.512), “no século XX, a escola sofre processos de profunda e radical transformação. Abre-se às massas. Nutre-se de ideologia. Afirma-se como cada vez mais central na sociedade”. Ou seja, a educação precisou se adaptar às mudanças ocorridas em outros campos da sociedade brasileira.

Para a primeira metade do século XX, o principal marco foi, sem dúvidas, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, um texto escrito em defesa de uma educação que se distanciasse dos modelos tradicionais de educação.

O referido documento é composto por três esferas: a defesa pela modernização da educação; a definição de um novo “corpus” do meio intelectual, os chamados pioneiros que subscreveram o manifesto; e figurou como marco de uma nova concepção do campo da educação ao se distanciar dos debates observados até então

sob o signo do novo, a fórmula capitalizava o anseio de rompimento com as práticas sociais, políticas e educacionais instaladas até então na República, ancorando-se em um desejo disseminado de mudança. As metáforas do novo e do velho impregnavam o imaginário coletivo no período e expressavam-se tanto naquilo que Maria Stella Bresciani (1978) chamou de as voltas do parafuso, quanto nas representações sobre a revolução de 1930, simultaneamente ponto final de uma República denominada Velha e fundação de uma República autoconcebida como Nova [...] (VIDAL, 2013, p. 582)

Ou seja, como observado até então, não há como compreender os aspectos das políticas educacionais sem relacioná-las com os contextos históricos nos quais tais marcos educacionais estavam inseridos. Assim, compreendemos o surgimento da dita “Escola Nova”, desde sua ideologia até mesmo nomenclatura, frente ao contexto político observado após a Revolução de 1930.

Quando voltamos nosso olhar para a compreensão da escola pública, é inegável a importância exercida por Anísio Teixeira que atualmente é considerado o patrono da educação pública brasileira. Baiano nascido em Caetité em 1900, Teixeira ingressou na vida pública logo após sua formação superior em Direito pela UFRJ (1922) e já em 1924 ocupava o cargo de inspetor de Ensino da Bahia. Figurou entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros, e teve sua concepção de educação baseada e inspirada no pensamento do norte-americano John Dewey.

Em sua vasta e importante obra, Anísio Teixeira tratou dos mais diversos temas da política da educação: o financiamento, a organização de um sistema público de ensino, a formação e aperfeiçoamento docente, a gestão da educação pública, os deveres da União e dos estados com relação à educação, a constituição da universidade pública e de sua autonomia, a democratização das oportunidades de acesso e permanência na escola fundamental, o planejamento da educação, a descentralização do sistema educacional, a qualidade dos serviços educacionais, a criação e valorização de cursos de pós-graduação em educação. Diversas iniciativas a eles relacionadas fizeram parte das reformas de educação que conduziu (NUNES, 2000, p. 34-35).

Este contexto de reformas educacionais levou à ampla discussão acerca de uma Lei de Diretrizes e bases para a educação que se organizou ao longo da década de 1950, culminando em uma série de embates, sobretudo no que se refere à alocação de recursos para a educação.

Segundo Júlio Pires (2011), o principal ponto de polarização quanto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi no que se referia a colocação do ensino privado e o espaço a ele reservado, gerando embates significativos nas esferas políticas e que tiveram impacto no campo educacional.

Foi a LDBEN que estabeleceu a estrutura de ensino a ser seguida no país, contando com o ensino ginásial e colegial, podendo este último ser caracterizado como secundário, técnico ou normal. Dentre as mudanças, observa-se a importância da migração entre as modalidades de ensino colegial, sendo possível ainda que o técnico fosse considerado para acesso ao ensino superior, coisa que até então era de exclusividade da modalidade “secundário” (PIRES, 2011).

Observa-se então um ganho significativo no acesso ao ensino superior por parte de pessoas oriundas de classes populares, visto que havia até então o direcionamento destas pessoas para o ensino técnico visando a formação para o mercado de trabalho, enquanto os filhos de classes abastadas eram direcionados para o ensino secundário e para as universidades, formando assim uma elite intelectual nascida das classes abastadas.

É importante ressaltar que este foi um modelo duramente criticado por Anísio Teixeira, uma vez que para ele a educação deve ser considerada um direito de todos e que esta deve formar sujeitos para uma vida cidadã, independente de classe social. (BARRETO; SILVA, 2021).

Considerando o contexto de redemocratização observado nos anos 1980 em consequência dos anos de ditadura civil-militar, as discussões no campo educacional giraram em torno de temas como gestão democrática da educação.

Até então, os sistemas de gestão escolar estavam pautados em estruturas desenvolvidas aos moldes da iniciativa privada com uma ampla centralização administrativa.

Por sua vez, a Constituição Federal Brasileira de 1988 refletiu as discussões sobre educação da sociedade civil ao mesmo tempo em que direciona os debates posteriores no campo educacional.

O princípio da gestão democrática do ensino público foi contemplado no artigo 206, inciso VI, do texto constitucional de 1988, com vistas a atender ao anseio dos movimentos que reivindicavam a democratização da educação. A proposição pautava-se pela defesa da participação colegiada da sociedade civil através dos Conselhos (BORGES, 2012, p. 145).

A Educação se fez presente de forma ampla no texto final da Constituição Federal de 1988 a partir do reconhecimento legal do acesso aos processos educativos formais como direito de todos e atribuindo ao Estado o dever de garantir não apenas o acesso, mas a permanência da população na escola durante o processo de escolarização no ensino básico, obrigatório.

Nas décadas seguintes são observadas uma série de reformas educacionais amplas que buscaram democratizar o acesso à educação para a população, considerando-se ainda a garantia de reconhecimento de modalidades especiais de ensino para as populações tradicionais, a exemplo da educação indígena, quilombola e do campo.

2.2 A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A Constituição Federal de 1988, trouxe importantes avanços em vários aspectos da vida social e a Educação foi deles, conforme consta no artigo 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

A Política Educacional integra o elenco de Políticas Públicas sociais do país. É um instrumento de implementação dos movimentos e referenciais educacionais que se faz presente através da Legislação Educacional. As políticas públicas são de responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil e determinam o processo de tomada de decisões e formam a nossa Legislação.

As Políticas públicas abrangem as necessidades dos grupos sociais e, por sua vez, as Políticas Sociais estabelecem o padrão de proteção social, direcionadas a

redistribuição de benefícios e direitos, e dentre eles a Educação (INEP, 2006). Estas políticas têm por objetivo a garantia dos direitos perante a sociedade e são ações coletivas que envolvem a tomada de decisões e compromisso para determinadas finalidades.

Por isso é necessário compreender a diferença entre:

Programa – é um conjunto de atividades constituídas para serem realizadas dentro de um cronograma e orçamento específicos disponíveis para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis (SILVA, 2002, p. 18).

Projeto – é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (GARCIA, 1997, p. 6).

As políticas educacionais consistem em programas e ações previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaboradas para a efetivação dos direitos, objetivando medidas que garantam o acesso à Educação a todos os cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei N° 9.394/1996, regulamenta o sistema educacional do Brasil, no setor público e no privado. Já o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei N° 13.005/2014 determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com vigência de 2014 a 2024. Junto à Constituição estabelecem que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o que definirá o conjunto orgânico e progressivo de conhecimentos essenciais do ensino médio, assegurando os direitos e desenvolvimento da aprendizagem, em conformidade com o que está no Plano Nacional de Educação.

A Política de Educação no Brasil buscar amenizar o impacto constituído pela sociedade capitalista, procurando assegurar, junto à intervenção do Estado, o enfrentamento às expressões da questão social que atinge a classe trabalhadora, a favor da “efetivação de uma gestão democrática da educação, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto” (PNE, 2014).

As políticas educacionais auxiliam a conduzir os conflitos e desafios causados pelas expressões da questão social que atravessam os espaços escolares. Quando

aplicada com êxito, consegue garantir qualidade de ensino e estimular alunos que possuem baixa frequência escolar, evitando a evasão e otimizando a assistência aos estudantes de acordo com suas necessidades.

O art. 4º da LBD afirma que o Estado tem o dever com a educação escolar pública e deve garantir:

- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; (LBD, 2020, p. 10)

O apoio de ações de cunho didático e metodológico, pode promover um desempenho mais eficaz na aprendizagem e até mesmo fortificando a gestão escolar, deixando-a mais segura de seus atos. Por outro lado, os programas direcionados ao corpo docente garantem uma formação, matérias e equipamentos importantes para a atuação dos professores.

Os estudantes têm no Art. 3º o ensino proporcionado em alguns princípios, como a garantia de qualidade no padrão de ensino; igual condição ao acesso e permanência na escola, liberdade para aprender, pesquisar, transmitir cultura e pensamentos; empatia a diversidade étnico-racial e apreço à tolerância.

Cabe à União “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, previsto no Art. 9º, pois ela é a responsável por conceder a assistência técnica e financeira aos Estados e Município para o sistema de ensino. Assim como certificar da avaliação nacional do rendimento escolar, do ensino fundamental, médio e superior. Para que a partir disso seja estabelecida as prioridades e melhorias para a qualidade no ensino (LBD, 2020, p. 12-13).

As unidades de ensino devem seguir as normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases, conduzindo meios de conquistar os alunos que possuem um menor rendimento, efetuando estratégias para que esse estudante se adapte ao formato de ensino ou procurar novas metodologias que tragam mais êxito com os alunos.

É importante que haja uma articulação com as famílias, pois os pais ou responsáveis legais devem estar cientes do que acontece na escola, principalmente

sobre a frequência de seu filho e o baixo rendimento escolar, alertando os pais para possíveis situações, como evasão escolar.

A LBD estabeleceu como dever do espaço educacional “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas” pois essa mediação proporciona um ambiente escolar mais seguro, assim como também é essencial a informar as consequências do uso de drogas. Instituído paz e diversidade aos estudantes, para que possam se sentir confortáveis em compartilhar suas vivências e solicitar ajuda (LBD, 2020, p. 15).

Já a BNCC almeja suprir as lacunas das políticas educacionais, possibilitando a garantia de acesso e permanência na escola, e alcançando um patamar de igualdade de aprendizagem a todos os estudantes. Sua competência é determinada com a mobilização de conhecimento, habilidades, atitudes e valores, a partir de conceitos, procedimentos, práticas cognitivas e socioemocionais, para que então os indivíduos estejam preparados ao exercício da cidadania e do trabalho (BNCC, 2017)

De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, a BNCC deve seguir com 4 determinadas áreas do conhecimento, são elas as linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas.

A política educacional se viabiliza hoje, sob as transformações necessárias quanto à reprodução do sistema capitalista, ampliando das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, a partir do desenvolvimento de programas assistenciais.

As ações soam para muitos como mudanças históricas na educação brasileira e que refletem de maneira positiva a contratação de assistentes sociais para a operacionalização técnica de programas assistenciais e difusão ideológica dos paradigmas que sustentam a ideia de educação inclusiva e cidadã.

Essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios centrais para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégicas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às

exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade (ALMEIDA, 2000, 153).

A/o assistente social na política de educação trabalha com outros membros da comunidade escolar, possibilitando estimular um processo meditativo envolvendo a percepção objetiva da vida social de cada um desses atores, as condições sociais e históricas que eles vivenciam na sociedade. Este profissional assume um caráter emancipatório e fortalecedor pela luta de classes subordinadas, cuja discussão é o que traremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1 AS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O Serviço Social emergiu no Brasil associado à Igreja Católica, como uma das formas encontradas pelo Estado para fazer frente às manifestações da latente questão social.

Mais precisamente em São Paulo no ano 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, frequentada apenas por moças de famílias tradicionais. O país, naquele período, atravessava momentos atribulados nos cenários político e socioeconômico. A burguesia ansiava por colocar ordem às manifestações do proletariado em busca de melhores condições de vida e de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

A economia brasileira se encontrava nas etapas iniciais do processo de transição da agro exportação para a industrialização, no auge do capitalismo monopolista.

O avanço capitalista e a politização das demandas da classe trabalhadora desencadearam a chamada questão social. Os trabalhadores estavam insatisfeitos com as degradantes e insalubres condições de trabalho, além de salários muito baixos que não atendiam às necessidades básicas de suas famílias. Suas reivindicações eram objeto de repressão e prisão.

A fim de manter o controle e a ordem sobre os trabalhadores, o Estado, com o apoio da Igreja Católica, instaurou entidades normatizadoras e disciplinadoras para disciplinar a massa operária de acordo com suas relações de trabalho.

Inspirado pela doutrina social da Igreja Católica o Serviço Social abordava as incipientes expressões da questão social como um problema moral e religioso, culpabilizando os trabalhadores pela sua condição socioeconômica, na perspectiva de instaurar condutas conservadoras e remodelar os valores e comportamentos da classe subalterna para servir aos interesses da classe dominante.

Por ser uma profissão nascida com influência direta da Igreja Católica, o Serviço Social atuava na lógica da filantropia e da caridade, na defesa da moral e dos bons costumes, sob imposição da Igreja a fim de solucionar as ditas problemáticas sociais em um contexto de mudança.

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social” (YAZBEK 2009, p.4).

Entre os anos 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro entrou em contato com o Serviço Social norte-americano, agregou à prática profissional técnicas de orientação positivista.

Esta influência se materializou no Serviço Social de Caso, voltado para a personalidade do indivíduo; no Serviço Social de Grupo, que utilizava uma abordagem focada numa perspectiva educacional e no Serviço Social de Comunidade, que tinha uma atuação educativa e articulada junto às comunidades com intuito de desenvolvê-las economicamente falando afastando-as da influência comunista.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social (1965 – 1979) no Brasil e em outros países latino-americanos, questionou esse caráter e surgiu durante um período de crises e governos militares.

Esse movimento trouxe ao Serviço Social um olhar reflexivo sobre a sua relação com os trabalhadores e a sociedade, se tornando um momento propício para o rompimento com os métodos inspirados no Serviço Social norte-americano que divergiam da realidade brasileira.

Durante o processo de renovação o Serviço Social brasileiro teve seus primeiros contatos com as teorias marxistas, o que impulsionou os profissionais a revisarem suas condutas e atividades, influenciando o despertar de um interesse voltado ao caráter científico. Iamamoto (2008) ressalta que o movimento detinha uma base teórica e metodologia eclética, reunida a teorias desenvolvimentistas.

Segmentado em três perspectivas, o Movimento de Reconceituação inicialmente é identificado com a modernização do conservadorismo que continha uma base positivista, integrando ações funcionalistas e estruturalistas. Em seguida

observou-se a chamada reatualização do conservadorismo, que levantava um nova compreensão e atuação da realidade, firmada na fenomenologia. E por fim, a intenção de ruptura, que influenciada por teorias marxistas pretendia inserir novas reflexões aos compromissos e atuação dos assistentes sociais.

Foi no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”, em 1979, que se deu a decisiva guinada para traçar uma nova cultura profissional, com uma direção social estratégica, inspirada na teoria social crítica, divergente da manutenção dos interesses do grande capital.

Na década de 1980 a formação profissional passou por uma reforma curricular com amplos debates quanto à realidade social e a uma crítica intelectual, que amplificou os conhecimentos, enfrentando o conservadorismo profissional. Buscando atuar com mais eficácia e competência, a categoria imprimiu um novo perfil profissional, através, sobretudo, da leitura dos clássicos da teoria social crítica e das obras de Karl Marx, como referência crítica à profissão, às bases teórico-metodológicas e a compreensão do ser social a partir dos processos de mediações.

Segundo Netto (1996) a evolução do Serviço Social dos anos 1980 para os anos 1990 expressa a ruptura com o conservadorismo tradicional e com a política opressora da classe dominante, mas ressalta que ainda há profissionais que carregam a herança conservadora. Todavia, essa evolução profissional perpassa para os anos 2000, expressando a democratização de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e políticos.

Em 1993 o Serviço Social brasileiro instituiu um novo Código de Ética, registrando seu compromisso com a democracia e assegurando a defesa ao acesso dos direitos sociais, civis e políticos para todos os indivíduos (CFESS, 2011).

Este Código reconhece como princípios fundantes a liberdade, concebida com autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; e o empenho na eliminação de todas as formas de

preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

A partir de então, o Serviço Social assumiu o compromisso de viabilizar o acesso dos cidadãos aos direitos e às políticas sociais. E por ser uma profissão institucionalizada e legitimada, defronta-se direta e indiretamente com as mudanças que intensificam as desigualdades sociais e redefine as formas de enfrentamento às expressões da questão social, o que conseqüentemente cria modificações nos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais e em suas atribuições profissionais (FERREIRA E ARAÚJO 2002).

Por ser uma profissão que atua nas expressões da questão social, o Serviço Social possui compromissos com a cidadania e a viabilização ao acesso de direito. Considerando a visão ampla sobre a totalidade das relações sociais, a(o) assistente social segundo Souza (2020) em seu fazer profissional, exerce funções educativas com a classe trabalhadora, então, seguindo essa perspectiva, a atuação na comunidade escolar não seria diferente.

pois sua atuação incide sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano, justamente por seu caráter político-e-educativo, trabalhando diretamente com a garantia dos direitos sociais, como o direito ao acesso, a permanência e o êxodo escolar dos estudantes, conseqüentemente contribuindo para a transformação social e a emancipação dos sujeitos (SOUZA, 2020, p. 76).

Então avançando no cenário escolar, a atuação das/os assistentes sociais, a partir do início da década de 1990, focalizou-se nas demandas de alunos com deficiências, usuários de drogas, jovens grávidas, grupos pauperizados, alunos vítimas de discriminação étnica ou de gênero, dentre outras situações e junto a essas demandas também vieram algumas ações na pauta profissional, resultando no planejamento e execução de ações de educação e saúde junto às famílias, alunos e professores, melhorando a qualidade de vida da comunidade escolar.

O Conselho Federal de Serviço Social, em 2001 instituiu o Grupo de estudo “Serviço Social na Educação”, com a finalidade de elaborar diversos materiais e promover debates com foco na Educação, enfatizando as contribuições do/a assistente social diante das demandas apresentadas nas escolas, e como o enfrentamento feito por profissionais qualificados, viabiliza o acesso aos direitos.

A inserção do Serviço Social na Política de Educação representa uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação, e nesse contexto o/a assistente social será responsável por montar as estratégias adequadas de acordo com cada situação, para enfrentar as vulnerabilidades apresentadas nas escolas, entrelaçando a relação entre escola, família e comunidade.

O cotidiano da escola é atravessado por diversas expressões da questão social, tais como fome, baixa renda, trabalho infantil, desemprego, negligência dos pais, violência doméstica, exclusão social, dentre outras.

O profissional do Serviço Social observa o modo de viver e pensar da comunidade escolar diante das conjunturas vivenciadas nesse espaço, buscando promover diálogos com os membros da escola, alunos, professores, gestores e família. A atuação profissional nessa realidade possibilita ao assistente social um conhecimento amplo sobre a realidade na sua complexidade tendo em vista a criação de meios para transformá-la.

O enfrentamento às expressões da questão social presentes no campo educacional se faz por meio de ações e estratégias que garantam o ingresso, regresso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, incluindo e fortalecendo a relação entre família, escola e comunidade no processo educativo, e ampliando a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação (MARTINS, 1999).

O profissional do Serviço Social desenvolve uma mediação entre a relação corpo docente, aluno e família, auxiliando no enfrentamento das expressões da questão social que atravessam a escola. Afinal, algumas das atribuições das(os) assistentes sociais no campo educacional é estimular o aprendizado do processo democrático no interior da escola, fortalecer ações coletivas, efetivar pesquisas para a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias.

Sendo a escola um dos espaços sociais que mais revelam as contradições do sistema capitalista como uso de drogas, falta de acesso a serviços de saúde e da assistência social e a falta de proteção à infância e à juventude. A inclusão do/a assistente social na educação fundamenta a compreensão ampla do processo de ensinar e aprender, atentando para as dimensões cognitivas, afetivas e sociais (GOMES, 2010).

Reforçando a necessidade do profissional de Serviço Social para o reconhecimento do contexto social da família, território, serviços públicos existentes e a rede de políticas públicas disponíveis para a viabilização do enfrentamento às expressões sociais.

De acordo com os “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, as competências e atribuições das(os) assistentes sociais estabelecidas com base na Lei de Regulamentação da Profissão são:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;

Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2001, pag.26).

Essas são competências gerais requisitadas para os profissionais do Serviço Social, por possibilitar uma compreensão do contexto sócio-histórico, permitindo uma intervenção com posicionamento crítico.

Assim, o conhecimento específico e qualificado do/a assistente social sobre a questão social, unido às demais especialidades da equipe profissional atuante na escola, contribui de forma considerável para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem. Que se dá pela aproximação da realidade social do aluno, o entendimento sobre a dinâmica familiar e a contextualização ao corpo docente como uma estratégia fundamental para o atendimento às necessidades de aprendizagem.

3.2 O ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Para seguir com o tema se faz necessário compreendermos melhor o conceito de questão social; entender como este fenômeno está relacionado ao modo de produção capitalista, uma vez que, em outras formações sociais a desigualdade e a pobreza eram associadas à escassez.

De acordo com Neto (1992), historicamente a questão social foi assim nomeada em 1830, quando se obteve o reconhecimento da existência de uma população vítima e ao mesmo tempo agente da Revolução Industrial.

Nesse sentido, o embate capital x trabalho desencadeia a desigualdade na sociedade, manifestação principal do modo de produção capitalista. Este é provocado pela acumulação do capital e a apropriação da riqueza por parte dos detentores dos meios de produção, enquanto a grande massa da população, o proletariado, enfrenta as consequências dessa injusta distribuição de riquezas.

A organização político-econômica da sociedade capitalista ressalta a predominância da classe dominante no poder e a exclusão das forças populares, criminalizando as expressões da questão social e as lutas da classe trabalhadora. A questão social envolve as lutas políticas e culturais e suas expressões materializam as múltiplas desigualdades presentes na sociedade

as diversas manifestações da questão social são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a questão social se expressa na resistência e na disputa política” (IAMAMOTO, 1998, p.127).

A questão social é produto da lógica perversa de acumulação de riquezas por uma classe, enquanto a massa da população não usufrui do que produz e não possui condições básicas de vida. É o resultado de como a riqueza da sociedade é produzida e repartida, e as suas expressões afetam diariamente todo o proletariado. É a precarização do trabalho e a ineficiência do Estado que acarretam a insegurança e a vulnerabilidade dos trabalhadores, o aumento da exploração do trabalho, o achatamento dos salários e as questões de saúde pública (IAMAMOTO, 2009).

A questão social passa então a ser materializada por meio de suas expressões como a pobreza, desemprego; fome; analfabetismo; discriminação de raça, gênero e etnia; falta de moradia; difícil acesso à educação e saúde; violência, dentre outras.

As expressões da questão social ecoam de diversas formas na vida dos indivíduos, independentemente de suas idades. As crianças e os adolescentes são atingidos diretamente pela vulnerabilidade social e, sem o amparo do Estado, se tornam mais suscetíveis a situações que põe seu desenvolvimento pessoal, educacional e de saúde em risco como uso de drogas, violência, abuso sexual e exploração de trabalho infantil.

A escola é um ambiente que apresenta variadas manifestações da questão social, como desigualdade econômica, política, cultural, de gênero, étnico-raciais, gravidez na adolescência, evasão escolar e as multifaces da violência. E por ser um espaço de formação de sujeitos, é necessário que haja um profissional qualificado para atuar no enfrentamento dessas expressões.

As expressões da questão social presentes e situadas na escola, tratadas como “problemas sociais” enfatizam o modo como a realidade é interpretada. É preciso saber olhar a realidade de forma reflexiva e crítica, compreendendo a estrutura socioeconômica desigual e excludente da sociedade.

A evasão e o abandono escolar são uma problemática da educação brasileira que detém diversas causas e concepções, mas que direta ou indiretamente são frutos das expressões da questão social.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998) a evasão e o abandono escolar se diferenciam da seguinte maneira: o abandono significa o desligamento temporário do aluno, que desiste durante o ano letivo, mas que retorna no ano seguinte, enquanto na evasão o aluno desiste definitivamente, abandonando o sistema escolar.

Conforme Machado (2009, p. 36) “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola”.

Por outro lado, o fracasso escolar deve ser analisado e estudado, não apenas definido como histórias escolares sem sucesso ou da necessidade de apontar um responsável, uma vez que, essa também é uma discussão

sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das "chances", sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a "crise", sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania (CHARLOT, 2000, p.14).

Soares (1997) utiliza a ideologia do dom e a ideologia da deficiência cultural, para expressar que a responsabilidade do fracasso está no aluno, posto que ele é o portador de déficits socioculturais. Isentando a escola do fracasso, pela ausência das condições básicas de ensino- aprendizagem e atribui ao indivíduo, por pertencer a uma classe desfavorecida.

Já Queiroz (2006) frisa a evasão e o abandono escolar na perspectiva dos professores, família e aluno. Iniciando pelo corpo docente, a autora revela que os

mesmos, veem as famílias como agente causador, destacando a ausência na vida escolar da criança e unido também aos problemas afetivos e financeiros, indicando negligência para com a criança ao não evitar o abandono e a evasão escolar.

Do ponto de vista da família a escola é o local que pode mudar o futuro das crianças, porém, ainda segundo a autora, os responsáveis identificam más companhias no interior da escola e até mesmo a violência entre alunos e enfatizam que devido à sobrecarga do trabalho acabam se ausentando, não podendo acompanhar os filhos nas atividades escolares e nem mesmo com as amigadas.

Mas a perspectiva das crianças mostra que a evasão e o abandono escolar não estão separados da vida social, relatando que a influência da família pode estar direta ou indiretamente ligada a desistência e a continuidade dos estudos. Os alunos revelam o desemprego dos responsáveis e a necessidade que sentem em trabalhar para contribuir na família, indicam as problemáticas familiares e as dificuldades em frequentar e continuar os estudos. Salientando também os fatores internos da escola, como violência e bagunça.

A evasão e o abandono escolar requerem uma preocupação e envolvimento da equipe escolar e dos responsáveis dos estudantes, para averiguar o que ocasionou a falta de interesse ou o que interrompeu a permanência na escola. Analisando de uma maneira ampla e crítica, o profissional do Serviço Social busca saber o histórico escolar dos alunos e o contexto social, levando em consideração a vulnerabilidade socioeconômica que as famílias podem apresentar. Visando articulações com a rede de políticas públicas que permitam o acesso aos direitos sociais dos estudantes e seus familiares.

A pobreza e a fome fazem parte da realidade de diversas crianças e adolescentes, que devido ao pauperismo não tem condições de se alimentar adequadamente, comprometendo o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Frequentemente a única refeição de várias dessas crianças e adolescentes é a merenda escolar.

É fato: criança que se alimenta bem cresce saudável. Isso inclui desde o desenvolvimento social (com suas funções sociais) e o desempenho na escola. Quando o pequeno tem uma alimentação adequada, o seu rendimento pedagógico tende a ser muito bom devido ao papel que os nutrientes representam nas habilidades cerebrais (NEUROSABER, 2019, s/p).

É devido a desigualdade social que as crianças e adolescentes em situação de pobreza apresentam um comprometimento no desenvolvimento integral e por não terem um bom rendimento, se veem condicionados a abandonar a escola e ingressar no mercado de trabalho informal para contribuírem na renda familiar.

No tocante à evasão escolar no Brasil, vale ressaltar que a escola é “facilmente [abandonada] por uma oportunidade de trabalho ou por outra atividade na qual [crianças e adolescentes] enxerguem alguma perspectiva” (EUZEBIO, 2009, p. 69). Conseqüentemente, esses jovens com menor nível de aprendizagem se tornam profissionais menos qualificados.

A violência, como expressão da questão social, apresenta diversas nuances, uma delas, segundo Costa (2011), deriva da família e sua desestruturação, da ausência da participação dos responsáveis na vida dos filhos, do uso de drogas e até mesmo da falta de carinho. Não deixamos de ressaltar que o indivíduo também sofre as conseqüências das contradições presentes na sociedade.

De acordo com CHARLOT (2002) existe uma tríade de violência no âmbito escolar: a violência na escola; a violência à escola e a violência da escola. A violência na escola se produz dentro do ambiente escolar, sem estar vinculado à natureza e às atividades da instituição, como por exemplo uma violência entre alunos. A violência à escola é quando está associada a natureza e atividades da instituição, quando os estudantes provocam incêndios, agredem e/ou insultam professores, violentando diretamente a instituição e/ou aqueles que a representam. E a violência da escola procede pela maneira na qual a instituição e seus agentes tratam os alunos, com distinção por causa da classe, nota, etnia, a orientação sexual dos alunos e até mesmo violência através das palavras, insultando os estudantes.

Desta maneira se faz necessário a presença de um profissional capaz de fazer as devidas mediações diante das situações apresentadas acima. Pois esses atos se tornam um ciclo vicioso e nem sempre são percebidos.

Costa (2011) ressalta que os praticantes da violência nem sempre percebem suas ações, usam o autoritarismo e muitas vezes impõe a cultura dominante, sem considerar a particularidade de cada indivíduo.

E a/o assistente social é a/o profissional que atua diretamente no enfrentamento às expressões da questão social, reunindo as competências e atribuições necessárias para compreender a realidade, na sua totalidade.

Mas, além da violência existente e ligada diretamente à escola, há também as que a atravessam. Os impactos das desigualdades sociais, a exclusão e a ausência do Estado, estimulam a criminalidade e a expansão de vítimas.

Outra vertente é a violência doméstica, que acontece no interior das famílias e tem como agressores e opressores os próprios pais e familiares mais próximos das vítimas, que em maior parte são crianças e adolescentes. As manifestações dessa violência são as brigas, xingamentos, ameaças, agressões verbais e físicas, pedofilia, abuso sexual e até mesmo a prostituição infantil.

A violência física deixa sinais que trazem mais visibilidade e preocupação ao tema, por estarem expostas no corpo da vítima, gerando mais repercussão e denúncia. Porém a violência psicológica e as agressões mentais, causam impactos permanentes na vítima, fazendo com que desenvolvam a desvalorização pessoal, expectativas negativas e o não reconhecimento de suas qualidades, anulando sua subjetividade e arruinando a sua autoestima.

Mesmo que a violência não seja caracterizada como uma consequência direta da pobreza, Abramovay (2002, p. 57) ressalta que “as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos”.

A população infanto-juvenil se encontra suscetível a ameaças à sua saúde e integridade física, tais como o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis. Dessa forma, as drogas devem ser encaradas como problema de saúde pública, pois além de distanciar o indivíduo do convívio familiar, da escola e da sociedade, põe a própria vida em risco.

Ribeiro (2008) afirma que a questão das drogas, na visão dos professores, está associada à violência, passando a encará-la de forma preconceituosa, rejeitando os usuários, por enxergá-los como ameaça, sentindo-se amedrontados e impotentes para lidar com essa questão.

Desse modo, a/o assistente social na escola integrando uma equipe interdisciplinar, pode evitar o mecanismo excessivo da força policial, com caráter punitivo dirigido aos indivíduos de baixa renda, tendo em vista que “crianças e adolescente pobres, quando quebram comportamentos esperados no ambiente escolar têm seus incidentes encaminhados para resolução não na esfera da escola, mas na esfera da justiça” (SCHMIDT, 2007, p. 66).

Sendo assim, é necessário montar estratégias mediadoras para tratar essa expressão da questão social, acompanhando o caso com a família, escola e a equipe interdisciplinar. E ao mesmo tempo compreendendo as limitações da escola em relação às particularidades de cada demanda apresentada.

Mediações são categorias instrumentais através das quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se através do conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias com as quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. (MARTINELLI, 1993, p. 136)

A escola, por ser um ambiente atravessado pelas expressões da questão social, se torna um espaço próprio para o diálogo e conscientização a respeito das manifestações social econômica que atinge os indivíduos e seus familiares. E são nesses momentos em que as/os assistentes sociais integram suas intervenções na escola. Quebrando com o ciclo reprodutor de ideologia, cultura e valores que são impostos à classe trabalhadora.

No ambiente escolar a/o assistente social constrói um diálogo com os alunos, corpo docente e pais, de forma interpessoal, buscando entender de maneira ampla e crítica as consequências das expressões da questão social, para que assim possa desenvolver mediações que amenizem o impacto na vida da família.

O profissional do Serviço Social age em parceria com a escola, contribuindo com problemas que o corpo docente junto a gestão, não solucionaram de maneira isolada. Sendo assim, a/o assistente social também não atua isolado, o mesmo utiliza das polícias, programas e redes de serviços para a cooperação da atuação profissional.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) são redes essenciais para que o trabalho da/o assistente social da escola percorra para além dos muros da instituição,

possibilitando uma mudança na vida e cotidiano das famílias acolhidas, considerando que as intervenções não se esgotam em um único profissional.

Por tanto, a/o assistente social pode dar palestras para o corpo docente escolar a fim de esclarecê-los ao que se refere a questão social e suas expressões, para que esses profissionais busquem romper com o olhar conservador e positivista. Assim como também deve elaborar palestras e atividades para os alunos e pais, com o intuito de incentivá-los a buscarem seus direitos.

A violência acaba se tornando de uma maneira geral, um reflexo das expressões da questão social e por estar tão presente no cotidiano da sociedade, acaba se tornando banal, o que a deixa ainda mais perigosa e ameaçadora, pois as pessoas não alcançam um olhar crítico a esse fenômeno e se tornam mais vulneráveis. Por isso é importante haver um debate de conscientização, para que não haja uma naturalização.

O profissional do Serviço Social possui a capacidade de contribuir para o desenvolvimento de um indivíduo conhecer de seus direitos, o tornando mais independente e reflexivo quando a sociedade e realidade, incentivando-os pela busca da emancipação.

As intervenções da/o assistente social no âmbito escolar deve seguir com a fundamentação ética e teórico-metodológica, estabelecida com valores emancipatórios, viabilizando o acesso aos bens e serviços que amenizam o impacto das expressões da questão social. Tem-se como competências da/o assistente social no espaço educacional, levando em conta as suas particularidades:

- Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias;
- Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos;
- Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias;
- Realizar triagem de alunos que necessitam de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico, e dentário;
- Preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades;
- Manter a articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades comunitárias
- Esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumam sua parcela de responsabilidade no processo educativo (AMARO, 2017, p.12).

As articulações desenvolvidas pela/o assistente social deverão oferecer melhores condições ao processo de ensino-aprendizagem, através das relações

sociais e institucionais. Junto à Lei de Diretrizes e Bases este profissional buscará também o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, aliado ao trabalho e relação da família e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho buscamos apresentar a contribuição do Serviço Social no enfrentamento às expressões da questão social na educação, o que delimitamos como problema de pesquisa.

Para atingirmos nossos objetivos realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica no sentido de compreender as diferentes concepções de Educação; a Educação na sociedade capitalista e a concepção de Educação na obra de Paulo Freire. Nesse percurso entendemos pertinente refletir sobre a Educação Básica no Brasil e seus desafios, bem como os aspectos históricos e a política nacional da Educação na contemporaneidade. Por fim, debatemos a contribuição do Serviço Social para a efetivação da Educação, discutindo as atribuições do Serviço Social no ambiente escolar e o enfrentamento às expressões da questão social na Educação, promovido por assistentes sociais.

Vale salientar que buscamos compreender a realidade pesquisada por meio da relação entre o Serviço Social na Educação e o enfrentamento das expressões da questão social. Aqui compreendemos a questão social como produto da relação capital x trabalho, visto que o fundamento do sistema capitalista é a acumulação de riquezas.

No modo de produção capitalista a classe trabalhadora fica à mercê dos desígnios da classe detentora dos meios de produção, a qual determina longas jornadas de trabalho, com baixa remuneração salarial, que não supre as necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família.

A coleta e análise dos dados nos permitiu reforçar que o sistema capitalista interfere diretamente na forma como os indivíduos se relacionam entre si numa dada sociedade e, no campo da Educação não é diferente.

O profissional do Serviço Social tem como matéria prima de trabalho a questão social em suas diversas expressões. Sua atuação no campo da Educação não deve perder de vista a ultrapassagem das demandas conservadoras e meramente assistenciais, a partir de posicionamentos fundamentados nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas de sua profissão.

E a partir disso a contribuição do Serviço Social na Educação deve agregar qualificação especializada ao enfrentamento das questões sociais, presentes no universo escolar com destaque à violência, infrequência na escola, conflitos familiares etc.

Essas requisições postas para os assistentes sociais no âmbito educacional estão relacionadas à garantia de acesso e permanência das classes empobrecidas no circuito da escolarização, principalmente relacionadas às situações referentes às expressões da questão social e àquelas pertinentes às relações sociais estabelecidas no ambiente escolar e seu entorno (MARTINS, 2012).

Foi possível observar com a coleta de dados a necessidade de uma atuação multiprofissional para implementar um modelo de educação que integre a comunidade escolar com o seu entorno, muitas vezes fundamentada na defesa dos ideais de Paulo Freire de uma educação integral e plural que parta dos referenciais dos educandos.

Por fim defendemos que a prática do assistente social não tem o objetivo de substituir ações dos professores, mas se somar aos docentes para desenvolver atividades conjuntas que estejam no âmbito da sua peculiaridade. Assim, o/a assistente social na educação pode atuar com os membros da comunidade escolar, mobilizando um processo reflexivo que envolve a compreensão da totalidade da vida social, das singularidades de cada indivíduo e das particularidades da condição social dos aprendizes.

Longe de esgotar as múltiplas possibilidades de investigação acerca do papel do assistente social no ambiente escolar, buscamos apresentar as principais correntes do pensamento educacional brasileiro, destacando o pensamento de Paulo Freire, entendido aqui como basilar para o desenvolvimento educacional brasileiro. Além disso, pudemos observar as diferentes expressões da questão social que se manifestam no espaço escolar e em suas relações comunitárias, de modo a pensar as possibilidades de atuação e a contribuição dos conhecimentos produzidos pelo Serviço Social para a melhoria da qualidade da Educação no Brasil, além de uma melhor organização de políticas públicas voltadas para estas realidades.

Esperamos assim contribuir para estudos futuros, uma vez que, entendemos que o conhecimento não é um produto acabado e que cabem diversas outras problematizações ao tema Serviço Social e Educação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "Educação". *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p151-163.
- ALMEIDA, W. R. A. A educação jesuítica e o seu legado para a educação na atualidade. *Grifos*. v. 23 n. 36/37. Chapecó/SC, 2014. Disponível em: <<<https://doi.org/10.22295/grifos.v23i36/37.2540>>>. Acesso em 07 maio 2022.
- AMARO, S. *Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BARRETO, Silvia. SILVA, Edna (orgs). *Anísio, Anísios Teixeira: um educador no Museu do Homem do Nordeste*. Recife, Editora Massangana, 2021.
- BASTOS, M. H. C. (2016). O que é a História da Educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão. *Espacio, Tiempo y Educación*, p. 43-59, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14516/ete.2016.003.001.4>> Acesso em: 07 maio 2022.
- BORGES, Marisa. A Política educacional nos anos de 1980 e 1990: qual a proposta de democratização da gestão escolar? *Atos de Pesquisa em Educação*. v. 7, n. 1, p. 143-174, jan./abr. 2012.
- BRANDÃO, Carlos R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL, *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília – CFESS, 1993
- BRASIL, *Constituição Federal*. Brasília – DF, 1988.
- BRASIL. *A educação básica no Brasil*. Portal do Mec.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996. *LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_s_ite.pdf> Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Disponível em: << <https://pne.mec.gov.br/>>> Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 13 maio 2022.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CFESS, *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Brasília: CFESS, 2001.

CFESS. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS. *Serviço Social na Educação*. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 08, p. 432-443, 2002.

CHARLOT, Bernard. *Da Relação com o Saber*. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

COSTA, P. A. S. *Violência no cotidiano escolar*: a visão de professores que atuam no ensino fundamental de escolas públicas do município de Corumbá-MS. 2011. Dissertação - Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, Corumbá-MS.

DE SOUZA, B. C.; DA ROSA, C. A. POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM BASE NA LEI N. 13.935-2019. *Brazilian Journal of Policy and Development*, v. 2, n. 3, p. 106-119, 28 set. 2020.

EUZÉBIO, G. L. Mais alunos na sala de aula. *Desafios do desenvolvimento* (IPEA), Brasília, ano 6, n. 49, p. 68-74, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. Heranças – a educação no Brasil colônia. *Rev. ANPOLL*, n. 8, p.87-102, jan./jun.2000. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/351/360>>. Acesso em: 06 maio 2022.

FERREIRA, Patrícia Rodrigues; ARAÚJO, Rose Mary de. As atribuições profissionais no espaço ocupacional do assistente social. In: PREDES, Rosa. (Orgs.). *Mercado de trabalho do serviço social: fiscalização e exercício profissional*. Maceió: EDUFAL, 2002. p. 61-71.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*; São Paulo: Cortez & Moraes,

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: uma bibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir (org.). *Educação de jovens e adultos: a experiência do MOVA-SP*. Brasília: IPF/MEC, 1996.

GADOTTI, Moacir. *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GARCIA, Ronaldo C. *Avaliação de Ações Governamentais: pontos para um começo de conversa*. Brasília, IPEA/CENDEC, out., 1997.

GOMES, Vanessa Lidiane. O Serviço Social na Educação. *Jornal do Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região*. CRESS Informa, nº 92, Out, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Orgs. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar*, Brasília: INEP, 1998. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar>>. Acesso em: 22 maio 2022.

INEP/MEC. *Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2/ Editora-chefe: Marília Costa Morosoni*. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

JANUZZI, G.M. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e o Mobral*. São Paulo: Cortez, 1979.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MACHADO, Márcia Rodrigues. *A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006)*. 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 14, n. 43, p. 136-141, dez. 1993.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. *Revista Serviço Social & Realidade*. V 8 Nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MARTINS, Eliana Bolorino. Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora UNESP. 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. FUNDEB – Manual de Orientação. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <<
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> , Acesso em: 23 maio 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>> Acesso em: 16 maio 2022.

MIRANDA, G. K. A sociedade contemporânea e a influência capitalista na educação. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-sociedade-contemporanea-e-ainfluencia-capitalista-na-educacao/92366>. Acesso em 14 de fevereiro 2019

MOREIRA, A. C. Serviço social na educação: possibilidades e limites de intervenção profissional junto à família. *Emancipação*, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 2, p. 163-180, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n.50. São Paulo: Cortez, 1996. p.87-132

NEUROSABER. Instituto Neurosaber. *Qual a importância da alimentação no desenvolvimento infantil?* Londrina, 2019. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/qual-a-importancia-da-alimentacao-no-desenvolvimento-infantil/>> Acesso em: 20 maio 2022.

NEVES, F. M.; ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E. (org) *Fundamentos históricos da educação no Brasil*. s. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

NUNES, Clarisse. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade*, n. 73, 2000.

OLIVEIRA, V. B. M. História, Economia Institucional e Educação: educação básica e diferenças regionais entre as províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco (1835 – 1850). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

PIRES, Júlio Manuel. Política educacional e gasto com Educação no período populista. In: Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência internacional de História de Empresas, Curitiba, 2011. Disponível em: << <https://www.abphe.org.br/arquivos/julio-manuel-pires.pdf>>> Acesso em: 06 maio 2022.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. *Rev Bras Estudos Pedag*, v. 64, n. 147, p. 38-69, 2006.

RIBEIRO, F. R. M. *Drogas e alunos usuários de drogas na escola: um estudo de representações sociais de professores do ensino médio da rede estadual de São Paulo*. 2008. Dissertação - Mestrado em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo-SP.

ROMÃO, J. E. Educação. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.) *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SAVIANI, D. A Ideia de Sistema Nacional de Ensino e as Dificuldades para sua Realização no Brasil do Século XIX. 2001. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-1.html>>. Acesso: 05 maio 2022.

SCHMIDT, D. P. *Violência como uma expressão da questão social: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar*. Dissertação - Mestrado em Educação, Universidade de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.

SILVA, Pedro L. B.; Costa, Nilson R. A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SIMÕES, Jorge. *A Ideologia de Paulo Freire*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola*. Uma perspectiva social. 15ª ed., São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, A. P.; [et al]. Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, v. 42, n. 01, p. 05-39, 2012. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1322/1110>, Acesso em: 30 abr. 2022.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

VERÍSSIMO, et al. Ajuste neoliberal e a crise do Estado: necessidade de se retomar a autonomia dos Estados Nacionais. In: *Anais do V Simpósio Internacional O Estado*

e as *Políticas Educacionais do Tempo Presente*. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC04.pdf>>, Acesso em: 09 maio 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: *Serviço Social*. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.